



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

22 de novembro

de 2021

Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas é realizado no MPMA

Foi aberto nesta quinta-feira, 18, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, o Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, realizado pelo Fórum Estadual de Educação Ambiental, em parceria com a Escola Superior do **Ministério Público do Maranhão** (ESMP), Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Educação e a Escola Ambiental do **Maranhão**.

Com a presença do governador Flávio Dino e do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, o encontro contou com a participação de membros e servidores do **Ministério Público do Maranhão**, do Judiciário, secretários estaduais, agentes jovens ambientais e integrantes de entidades ambientalistas.

O objetivo principal do evento foi discutir temas relacionados às mudanças climáticas e promover ações de incentivo às políticas e práticas de mitigação e adaptação das mudanças do clima no **Maranhão**. A temática enfocada contemplou ainda os resultados da COP 26, realizada em Glasgow (Escócia), os desafios da sustentabilidade ambiental para o **Maranhão**, a Agenda 2030 da ONU, o papel das ONGs e a educação ambiental.

Durante a solenidade de abertura tomaram posse os novos membros do Fórum Estadual de Mudanças do Clima, que foram representados simbolicamente pelo secretário de estado do Meio Ambiente, Diego Rolim.

A programação inicial registrou ainda homenagens com a entrega do Prêmio Estadual de Educação Ambiental ao governador Flávio Dino e ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau.

Na programação do encontro, que encerra nesta sexta-feira, 19, todas as mesas de discussão estão sendo coordenadas pelos agentes jovens ambientais.

PRONUNCIAMENTOS

A promotora de justiça Karla Adriana Farias Vieira, diretora da ESMP-MA, frisou que a questão ambiental remete à relação homem-natureza e como esta foi construída ao longo do tempo. "É necessário entender

o homem como parte integrante da natureza. Daí a necessidade de falarmos sobre educação ambiental como instrumento de transformação capaz de promover reflexões sobre uma ética de responsabilidade ambiental", pontuou.

Após dar as boas-vindas aos participantes do encontro, o procurador-geral de justiça chamou a atenção para o relatório da ONU, publicado em agosto de 2021, que apontou que parte das mudanças produzidas pelo ser humano no planeta é irreversível. "Nesse cenário, a atuação do **Ministério Público** na defesa do meio ambiente desponta como decisiva para assegurar a existência humana em um ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preconiza a Carta Magna".

Sálvio Dino Júnior, coordenador do Fórum de Educação Ambiental, referiu-se a dados do projeto "Vulnerabilidades e mudanças no clima no **Maranhão**", lançado pela Fiocruz em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, em 2016, a partir de projeções do Inpe para o período entre 2040 e 2070. O estudo revela que a temperatura na parte oeste do estado poderá aumentar em até 5,4° C, com destaque para o município de São Pedro da Água Branca, além da diminuição de até 32% do volume de chuvas até 2070; Burititupu, Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas também teriam situação semelhante.

Na parte central do estado, Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras terão temperaturas elevadas em até 4,8°C; Trizidela do Vale será o município mais exposto às mudanças do clima em virtude do **desmatamento** e dos desastres meteorológicos e dos longos períodos de estiagem. Em São Luís, a temperatura poderá aumentar em até 3°C nos próximos 20 anos.

"Todos que aqui estão têm suas responsabilidades. Três pautas são essenciais que devem pautar o nosso agir: a substituição dos combustíveis fósseis por energias renováveis; ações para o **desmatamento**; redução ou erradicação do lançamento do gás metano na atmosfera", defendeu o coordenador do Fórum de Educação Ambiental.

O governador Flávio Dino disse que o encontro, além

de demarcar a atualidade do tema enfocado, serve para nos motivar para darmos prioridade ao combate às mudanças climáticas.

O chefe do Executivo citou três marcos regulatórios importantes aprovados em sua gestão: o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) dos biomas cerrado e costeiro, importante instrumento de planejamento e de desenvolvimento econômico com sustentabilidade; a Lei 11.578, que institui o sistema jurisdicional Redmais, que monetiza o pagamento de serviços ambientais e ecossistêmicos, beneficiando a sociedade, sobretudo os povos indígenas e as comunidades quilombolas, além dos produtores que adotam práticas sustentáveis; e a instituição da Escola Ambiental, que tem muitas ações de educação ambiental, incluindo o trabalho dos agentes jovens ambientais, que são referências de boas práticas ambientais

"Transformar a retórica da preocupação com o meio ambiente em ações efetivas. É possível e não é inatingível. Os primeiros passos foram bem lançados".

MESA SOLENE

Na abertura do Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, a mesa solene, dirigida pelo governador Flávio Dino e pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, foi composta ainda pela senadora Eliziane Gama; as procuradoras de justiça Themis Pacheco de Carvalho (corregedora-geral do **MPMA**) e Regina Costa Leite (subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos); pela diretora da Escola Superior do **Ministério Público do Maranhão**, Karla Adriana Farias Vieira; pelo vice-presidente da Associação do **Ministério Público do Maranhão** (Ampem), Reinaldo Castro Júnior; pelos desembargadores Lourival Serejo e Paulo Velten, respectivamente, presidente do Tribunal de Justiça do **Maranhão** e corregedor-geral de justiça; presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Luis Oliveira; secretário de estado do Meio Ambiente, Diego Rolim; presidente do Conselho de Estado da Educação, Soraya Raquel; a diretora da Escola Ambiental do **Maranhão**, Kricielly Muniz; e a agente jovem ambiental Luana Beatriz.

DEBATES

A primeira mesa de debates teve como tema "Mudanças Climáticas, COP 26 e Desafios para o **Maranhão**" e reuniu a senadora Eliziane Gama, o secretário de Estado do Meio Ambiente, Diego Rolim, e o diretor-presidente da empresa **Maranhão** Parcerias, Antônio Nunes. Os três participaram da COP 26, em Glasgow, na Escócia. A mesa foi coordenada por Luana Beatriz, integrante do projeto

Agente Jovem Ambiental, e pelo coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental do **Maranhão**, Sálvio Dino Júnior.

Realizada desde 1995 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a COP é uma reunião que reúne líderes mundiais para discutir o combate às mudanças climáticas a partir de ações conjuntas entre os países.

O secretário Diego Rolim afirmou que o **Maranhão** mostrou, na COP 26, mais do que projetos, mas ações efetivas de desenvolvimento sustentável e de educação ambiental. De acordo com o titular da pasta do Meio Ambiente, os índices de **queimadas** tiveram redução no estado em 2020 e os números continuam diminuindo em 2021.

As potencialidades do estado nas áreas de energias renováveis, em especial eólica e solar, e no que diz respeito aos chamados créditos de carbono foram apresentados. De acordo com o secretário, mesmo com poucos recursos o governo vem atuando no combate aos ilícitos ambientais e em projetos socioambientais. Outro destaque, segundo ele, é o trabalho de recuperação de áreas degradadas, em especial de matas ciliares e próximo às nascentes.

A senadora Eliziane Gama iniciou sua fala afirmando que a causa ambiental precisa ser uma causa de vida de todos. A parlamentar esteve em Glasgow apresentando um relatório elaborado pelo Senado Federal a respeito da real situação do meio ambiente no Brasil, "contrapondo à imagem que o governo tenta passar".

Para a senadora, a questão ambiental está diretamente ligada à econômica, pois um meio ambiente equilibrado é condição necessária para a assinatura de acordos internacionais e para que o país evite boicotes de outras nações. Eliziane Gama chamou a atenção, ainda, para o desmonte de órgãos de fiscalização - como o Ibama e o ICMBio - e o encerramento de importantes programas contra as **queimadas** e o **desmatamento**. "O resultado disso foi um aumento de 80% nesses números", apontou a parlamentar.

"Hoje a bancada ambiental no Congresso luta não para avançar, mas para que não haja retrocessos na legislação ambiental", afirmou Eliziane Gama.

De acordo com a senadora, a COP 26 apresentou um relato dramático sobre o Brasil e deixou clara a desconfiança internacional em relação ao país. "A segunda maior delegação era a do governo brasileiro, formada por pessoas que não têm a menor preocupação com a defesa do meio ambiente e que apresentavam uma realidade que não existe".

Antônio Nunes destacou a boa receptividade do projeto Agente Jovem Ambiental nas reuniões da COP 26. Segundo ele, a iniciativa e o projeto **Maranhão Verde** causaram boa impressão no evento. De acordo com o diretor-presidente da empresa **Maranhão Parcerias**, o **Maranhão** apresentou a sua atuação baseada no reflorestamento, sustentabilidade e educação ambiental. Ainda segundo Nunes, o estado gerou interesse a investidores no que diz respeito aos créditos de carbono.

TARDE

A programação do Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas prosseguiu à tarde com a mesa de debates "O papel da agricultura e os impactos na mudança do clima", com a engenheira agrônoma Áurea Maria Barbosa de Sousa. O debatedor foi o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins.

Em seguida, foi discutido "O papel das ONG's na Agenda 2030 e as mudanças no clima", com a palestrante Brenda Hellen Izídio de Paiva, bióloga e superintendente da Agenda 2030 na Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais de São Luís. Como debatedora, atuou a promotora de justiça Lícia Ramos Cavalcante Muniz, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal.

Site: <https://omaranhense.com/encontro-maranhense-de-educacao-ambiental-e-mudancas-climaticas-e-realizado-no-mpma/>

EM MATÕES, MP LEVA PREFEITO NA JUSTIÇA POR FALTA DE ÁGUA EM POVOADO

Leandro de Sá

Menu

O **Ministério Público do Maranhão (MPMA)** ajuizou, em 5 de novembro, **Ação Civil Pública** de obrigação de fazer com pedido liminar contra o **Município** de Matões e o prefeito Ferdinando Coutinho, solicitando fornecimento de água potável aos moradores do povoado Olho D'Água.

A manifestação ministerial, assinada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturino Aragão, é baseada em Inquérito Civil instaurado em julho de 2019, para apurar o estado de abandono da **escola municipal** no povoado, denunciado por vereadores locais. Eles também relataram que a unidade escolar teria sido construída em terreno pertencente ao **município** de Caxias.

O **MPMA** solicitou informações sobre a situação e o **Município** afirmou que a escola foi edificada em função de convênio firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da **Educação** (FNDE), dentro dos limites de Matões. O **Município** também comunicou que a escola estava em pleno funcionamento.

SEM ÁGUA

A Promotoria de Justiça de Matões constatou que a escola possuía uma sala de aula, com boa infraestrutura, mas estava em situação de abandono e sem funcionar, em decorrência da falta de fornecimento de água no povoado.

Também foi observado que a falta de água no povoado é frequente e os moradores são obrigados a usar água da chuva para atividades diárias. Além disso, o problema levou aproximadamente 40 crianças do povoado a passar a ser transportadas para uma escola em outra localidade, a oito quilômetros de distância.

O **MPMA** requereu o abastecimento de água ao povoado e a normalização do funcionamento da escola local.

O **Município** informou que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) local encaminharia uma equipe técnica para analisar e regularizar o fornecimento de água no povoado. Quanto à normalização do funcionamento da escola, a prefeitura solicitou prazo adicional para apresentar solução para a questão.

Em fevereiro de 2020, o **Ministério Público** retornou ao local e verificou que não havia sido normalizado o abastecimento de água no povoado.

OMISSÃO

Muitas famílias, principalmente as de baixa renda, não possuem poço ou caixa d'água em suas casas. Assim, estão sem acesso à água. Segundo o **promotor de justiça**, Matões e região adjacente possuem temperaturas elevadas e a falta de água dificulta tarefas como limpeza da casa, preparo de alimentos e higiene pessoal.

"Permanecendo a omissão do **Município** de Matões quanto ao abastecimento eficiente de água no povoado, maior será a vulnerabilidade dos moradores, que cada vez mais ficarão expostos a situações de risco na área da **saúde** e higiene. Além disso, a atual situação de pandemia do coronavírus exige maior reforço nos hábitos de higiene", destaca o **promotor de justiça** Renato Viturino. "O Poder Público Municipal de Matões não tomou qualquer providência, até hoje, para a solução dos **problemas** em questão".

A multa por descumprimento sugerida é R\$ 5 mil mensais, a ser transferidos ao Fundo Estadual de Proteção de Direitos Difusos.

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Tema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

Site: <https://www.blogdodesa.com.br/em-matoes-mp-leva-prefeito-na-justica-por-falta-de-agua-em-povoado/>

EX-PREFEITA DE BOM JARDIM É CONDENADA POR DESVIAR R\$ 2,7 MILHÕES

Leandro de Sá

Menu

Atendendo requerimento do **Ministério Público do Maranhão**, feito em Ação Civil por ato de **improbidade administrativa**, a Justiça condenou a ex-prefeita de Bom Jardim, Malrinete dos Santos Matos, os empresários Francinete Marques de Sousa, Mariana Bezerra Quixaba, Marlon Mendes Sousa e a Construtora Itamaraty Ltda. por **improbidade administrativa**, referente ao desvio de R\$ 2.778.099,45 dos cofres públicos.

Assinou a ação o **promotor de justiça** Fábio Santos de Oliveira. De acordo com a investigação do **MPMA**, os envolvidos comandaram um esquema de fraude para o **desvio de recursos** do Município de Bom Jardim, com a contratação irregular de empresa para execução de serviços de limpeza pública.

A fraude teria iniciado com a dispensa de licitação nº 12/2015 (sustentada no Decreto Emergencial nº 06/2015, também considerado ilegal pelo **MPMA**) e com o procedimento licitatório na modalidade Pregão nº 10/2015, em que várias irregularidades foram constatadas.

IMPROBIDADE

Conforme afirmou o **Ministério Público**, todos os requeridos participaram ativamente do esquema fraudulento, cada qual com uma função específica, tendo todos praticado, atos de **improbidade administrativa**.

Durante a investigação, o empresário Marlon Mendes teria transferido sua cota no capital social da empresa-
ré no intuito de escapar de qualquer responsabilidade civil, fiscal e tributária. Já a ex-prefeita Malrinete dos Santos Matos se omitiu de prestar as informações requisitadas pelo **Ministério Público**.

Todos foram condenados, de acordo com os termos previstos nos artigos 10 e 11 da Lei no 8.429/92 (Lei de **Improbidade Administrativa**), cujas penalidades são: suspensão dos direitos políticos por cinco anos, a

contar do trânsito em julgado da presente decisão; proibição de contratar com o Poder Público, bem como de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de cinco anos.

Também consta como sanções o pagamento de multa civil no valor correspondente a 20 vezes o valor da remuneração mensal recebida pela prefeita à época, devidamente corrigida por juros moratórios, contados de hoje até a data do efetivo pagamento. Os condenados ainda vão pagar as custas processuais e os honorários advocatícios.

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Tema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

Site: <https://www.blogdodesa.com.br/ex-prefeita-de-bom-jardim-e-condenada-por-desviar-r-27-milhoes/>

MPMA requer anulação de processo seletivo e realização de concurso público

Wallace Brito

Em 17 de novembro, o **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) ajuizou Ação Civil de obrigação de fazer com pedido de liminar, requerendo nulidade do processo seletivo simplificado, realizado em fevereiro pela Prefeitura de Paulino Neves (termo judiciário de Tutóia), para 254 vagas temporárias de professor da rede municipal de educação.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/11/22/RDIOMIRANTEA-M600SOLUSMA-06.48.42-06.51.47-1637575433.mp3>

Assaltante de bancos do Maranhão é preso ao tentar fazer o Enem

Polícia prende suspeito de assalto a banco fazendo prova do Enem 2021 em Teresina (Foto: Divulgação/SSP-PI)

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ocorreu nesse domingo, 21, em todo o país, e um caso chamou a atenção, antes da realização das provas, no bairro Memorare, zona Norte de Teresina-PI. Um candidato, suspeito de assalto a bancos, foi preso ao tentar fazer o teste, na escola Prof. Edgar Tito.

Identificado pelas iniciais E.J.C.C, o indivíduo de 32 anos já iria iniciar a prova quando policiais militares cumpriram o mandado de prisão contra ele, expedido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

"É um trabalho conjunto com a Polícia Federal e Polícia Civil. A informação veio da Polícia Federal e nós estamos executando e cumprindo o mandado por assalto a banco", afirmou o major Audivan Nunes, da Força Tarefa da **Segurança Pública** do Piauí.

O preso foi conduzido para Central de Central de Flagrantes de Teresina.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/11/22/assaltante-de-bancos-do-maranhao-e-preso-ao-tentar-fazer-o-enem/>